

ID: 113189686

19-09-2024

Lex

ASSESSORIA JURÍDICA

Inteligência artificial aumenta eficiência do trabalho jurídico

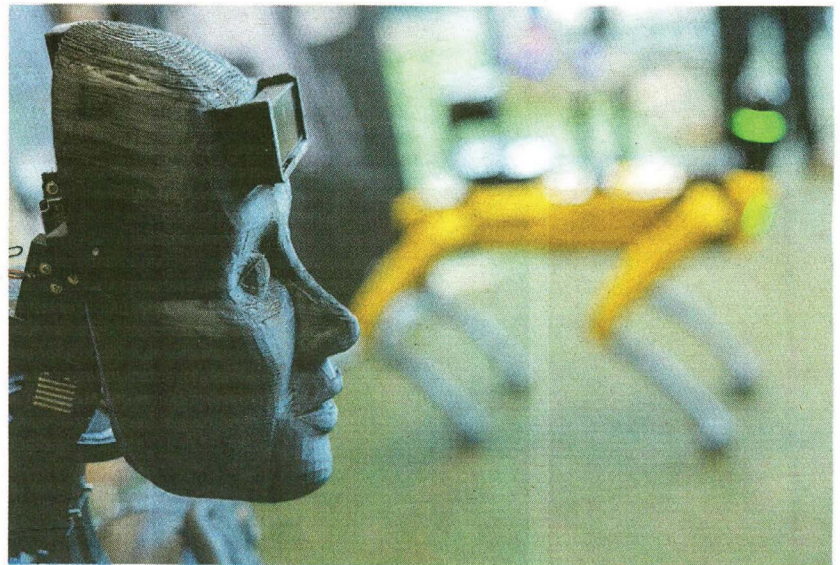
A IA é, para os especialistas contactados pelo Negócios, uma ferramenta poderosa e uma vantagem competitiva que aumenta a eficiência do trabalho jurídico.

JOÃO DUARTE FERNANDES
joaomfernandes@negocios.pt

A relevância da inteligência artificial (IA) no setor jurídico está em crescimento em toda a Europa. A Comissão Europeia afirma que cerca de 45% das grandes empresas jurídicas europeias já estão a adotar ou a explorar esta tecnologia. Em Portugal a situação não é diferente. Para os especialistas contactados pelo Negócios, a IA é uma ferramenta poderosa e uma vantagem competitiva que aumenta a eficiência e precisão do trabalho jurídico. No entanto, concordam que esta tecnologia deve servir como suporte ao trabalho dos advogados, e não como substituto do mesmo.

Rodrigo Ascensão, diretor-geral da SRS Legal, acredita que "a IA constitui uma excelente alavanca para a rapidez e rigor do trabalho jurídico" já que permite, por exemplo, "facilmente encontrar as melhores cláusulas contratuais para um determinado contrato, redigir primeiras versões de contratos ou selecionar os conteúdos mais relevantes em mandatos de 'due diligence'". Ainda assim, o gestor deixa o aviso de que a utilização da mesma tem de ser vista "como apoio ao trabalho dos advogados e não na sua substituição."

O diretor-geral da SRS Legal afirma que, "estando a dimensão tecnológica no mundo dos serviços jurídicos em profunda transformação", a SRS adota "uma estratégia de 'test and learn'". Com isto, a sociedade de advogados procura integrar novas ferramentas de IA nos seus processos e "reter as que melhor se adaptam às



A relevância da Inteligência artificial no setor jurídico está em crescimento em toda a Europa.

[suas] necessidades." Paralelamente, refere o gestor, "reforçamos a formação e divulgação destas novas ferramentas junto dos utilizadores de modo a potenciar a adoção efetiva [da IA]".

"Se hoje estas ferramentas são já uma realidade e potencialmente um factor diferenciador no mercado, acredito que em 3 anos

sejam um 'standard' e quem não as tiver terá uma significativa desvantagem competitiva", aponta Rodrigo Ascensão.

Para Nuno da Silva Vieira, sócio na área da Tecnologia, Media e Telecomunicações da Antas da Cunha ECLJA, é na IA generativa que se encontra o verdadeiro potencial destas tecnologias no setor jurídico. O advogado admite "que a IA extrativa possa ser crucial para a análise de grandes volumes de dados, para a revisão documental e para pesquisa de jurisprudência", mas reconhece que "a IA generativa, ainda em evolução, [...] poderá, com a chegada da inteligência artificial geral, auxiliar em tarefas muito complexas, impac-

tando o futuro da advocacia e a relação com os clientes".

A Antas da Cunha ECLJA já adota estas ferramentas tecnológicas no seu quotidiano, "principalmente através de soluções de IA extrativa e generativa", refere. Mas a sociedade de advogados vai mais longe do que isso. O sócio afirma que a Antas da Cunha "já [está] a trabalhar em pilotos desenhados por nós, aproveitando as capacidades da IA e o talento da Antas da Cunha ECLJA". O advogado reconhece, no entanto, que é necessário acompanhar permanentemente a evolução da IA para que se possa tirar o maior partido destas ferramentas.

Na mesma linha, Carlos Coe-

Cerca de 45% das grandes empresas jurídicas europeias já exploram o uso da IA, de acordo com a Comissão Europeia.

ID: 113189686

19-09-2024

Uma plataforma de e para advogados: The Legal Place

lho, diretor de Inovação e Conhecimento da Morais Leitão, refere que a sociedade “tem um plano para a implementação de IA generativa nos nossos processos internos”. Para o gestor, “a IA é a vertente mais sexy da tecnologia e (...) tem potencial para se tornar indispensável no setor jurídico, sobretudo num contexto de crescente complexidade regulatória e de volume de dados”.

O especialista salienta, todavia, que a IA é apenas o “topo da pirâmide, havendo um caminho anterior a fazer que é fundamental”. Refere ainda que, para ser verdadeiramente útil, esta tecnologia “vive da atualidade e qualidade da informação e da sua organização”. Por isso mesmo avisa que “há um conjunto de processos internos que têm de estar em funcionamento, de forma consistente, sendo necessário ter pessoas totalmente dedicadas para ‘ensinar a máquina’”, ou seja, “não basta subscrever um ‘tipo de ChatGPT jurídico’ e esperar milagres”.

Desde 2018 que a Morais Leitão procura desenvolver processos para as suas equipas utilizarem esta tecnologia de forma eficiente. Hoje em dia tem capacidade para a utilizar em situações de análise contratual, análise de risco, e não só.

“Quando nos apercebemos da amplitude e da profundidade das tarefas que podem ser realizadas através de IA, temos consciência de que o modelo de negócio tradicional das sociedades de advogados tem os dias contados”, salienta. ■

A necessidade de modernizar a educação jurídica e de reduzir o fosso entre a aprendizagem e a prática jurídica são algumas das razões que levaram o CEO da plataforma The Legal Place, Francisco de Abreu Duarte, e a sua equipa, a avançarem com o lançamento de um projeto inovador.

A ser lançada ainda no decorrer deste mês, The Legal Place “é destinada a qualquer pessoa ou entidade com necessidade de obter, desenvolver ou aprimorar os seus conhecimentos jurídicos”, afirma Francisco de Abreu Duarte.

Através da utilização de in-

teligência artificial (IA) e da tecnologia “text-to-video”, as aulas na plataforma serão preparadas por oradores nacionais e internacionais de alto nível e distribuídas através de vídeos interativos e em formato avatar. Para além de Francisco de Abreu Duarte, o projeto conta ainda com o apoio de Norberto de Andrade, antigo diretor de Inteligência Artificial e Políticas Públicas na Meta, e dos advogados Gonçalo Carrilho e João Tilly.

O CEO da plataforma refere que “a formação tradicional não consegue acompanhar a dinâmica da prática jurídica atual. O conhecimento jurídico (...)

permanece confinado a aulas presenciais e videoconferências com horários predefinidos que não atendem às necessidades dos advogados de hoje (...)”. Foi a busca por “soluções mais flexíveis, interativas e tecnológicas, capazes de revitalizar o ensino académico do Direito e de o adaptar ao ritmo e às necessidades dos advogados e juristas atuais (...)” que levou ao lançamento do The Legal Place.

Está igualmente em fase de preparação uma linha especial de nome “Master Classes”. O projeto conta com “aulas interativas ministradas por avatares ultrarealistas de alguns dos melhores

professores e professoras de Direito da Europa e Estados Unidos”, conforme refere Francisco de Abreu Duarte. Alguns dos nomes associados a este projeto são o de Miguel Poiarés Maduro e Nicolas Petit. “A ideia é cada vez mais encurtar a distância entre o conhecimento académico e a prática jurídica, trazendo os ensinamentos de grandes pensadores e pensadoras do Direito junto dos profissionais do setor jurídico”, aponta Francisco de Abreu Duarte. O The Legal Place disponibiliza cursos pagos, planos de assinatura com acesso a uma biblioteca completa de cursos e, ainda, aulas gratuitas. ■



Em 3 anos [estas ferramentas serão] um ‘standard’ e quem não as tiver terá uma significativa desvantagem competitiva.



RODRIGO ASCENSÃO
Diretor-geral da SRS Legal



A IA generativa, ainda em evolução (...) poderá auxiliar em tarefas muito complexas, impactando o futuro da advocacia.



NUNO DA SILVA VIEIRA
Sócio na área das TMT da Antas da Cunha ECIJA



[Há processos que têm de estar em funcionamento], não basta subscrever um ‘tipo de ChatGPT jurídico’ e esperar milagres.



CARLOS COELHO
Diretor de Inovação e Conhecimento da Morais Leitão



A ideia [do The Legal Place] é cada vez mais encurtar a distância entre o conhecimento académico e a prática jurídica.



FRANCISCO A. DUARTE
CEO do The Legal Place